

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES — SC.

A/C – Sr Pregoeiro
Douglas Lemos
Ref. Processo n. 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL 15/2015 PMN



H:00h

MAURICIO DE LIMA PAVIMENTAÇÃO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº10.558.874/0001-12, neste ato representado por seu Proprietário, **Mauricio de Lima**, credenciado no supracitado edital, brasileiro, casado, portador do RG de nº3.058.851-0, e CPF nº870.693.009/30, residente e domiciliado à Rua Corretor Ernesto Assini 70, apto 30, Centro, Navegantes – SC vem respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal e nos termos do art.109, item I letra a da Lei Federal 8.666/93, **interpor o presente:**

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face, por sua comissão de licitação, referente a r. decisão lavrada na ata da reunião de Licitação realizada em 16 de março de 2015 do procedimento licitatório, em virtude da decisão exarada pelo Sr. Pregoeiro e equipe de apoio, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor, para no final requerer:

I - DOS FATOS

Acudindo ao chamamento desta instituição para o certame licitacional susografado, a empresa recorrente Mauricio de Lima Pavimentação Ltda ME, credenciou-se no procedimento licitatório de Pregão Presencial nº 015/2015-PMN, pelo qual o Município de Navegantes - SC, através de sua comissão de licitação, objetiva a contratação de pessoa jurídica de direito privado para a contratação de empresa especializada em mão de obra para realização de colocação de lajotas, meio fio, tubos, reparos de calçamento e de bocas de lobo para manutenção diária das vias públicas.

Na data aprazada para a abertura dos invólucros (16/03/2015), a empresa recorrente fez-se representar por seu procurador legalmente constituído, Sr.Mauricio de Lima, que após apresentar todos os documentos necessários ao credenciamento foi declarado pelo Sr. Pregoeiro credenciado a participar do certame, bem como **todos** os demais licitantes credenciados.

Após a abertura do invólucro de Nº 01(proposta de preços), a licitante recorrente sagrou-se vencedora dos itens 01, e 09 conforme o consignado abaixo:

Ítem	Objeto	Quantidade	vlr unit.	Vlr total
01	mão de obra para colocação de lajotas	30.000	8,00	240.000,00
09	mão de obra p/ reparos de calçamento	60.000	12,95	777.000,00

Proporcionando ao Município de Navegantes, **em** relação aos valores referenciados no edital, **economicidade** de aproximadamente **145,24%**.

Após o encerramento da fase de lances, deu-se início a abertura dos invólucros de nº 02 (habilitação) das empresas licitantes vencedoras de seus respectivos itens, e para surpresa da empresa licitante recorrente, a mesma foi inabilitada por não apresentar a certidão previdenciária, de acordo com o **Sr. Pregoeiro**, que consignou sua decisão em ata.

Inicialmente, é oportuno salientar, que a partir do dia 03/11/2014 não há a emissão da Certidão Previdenciária, e que a Receita Federal expedirá uma única certidão que abrangerá a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros. Porém, este fato deveria ser consignado no instrumento convocatório, pois haveria o risco, como houve de empresa licitantes apresentarem certidões com data anterior a 03/11/2014 dentro de sua respectiva validade, e portanto terem que apresentar ambas.

Em recente licitação realizada no Município de Pomerode – SC, do qual o objeto era Gêneros Alimentícios para a composição da Merenda Escolar, **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2015**
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2015 - REGISTRO DE PREÇOS, eis o que foi consignado em seu instrumento convocatório:

8.3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

OBSERVAÇÃO: A partir do dia 03/11/2014 não há a emissão da Certidão Previdenciária. A Receita Federal expedirá uma única certidão que abrange a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros. Desta forma, os licitantes com negativas emitidas antes do dia **03/11/2014, deverão apresentar** as 02 (duas) certidões, após o dia 03/11/2014 apenas a negativa Federal (item “e” acima).

Observa-se, que **esta** Administração teve a preocupação em avisar os licitantes através do instrumento convocatório, desta mudança, bem como preservar o direito, e a aceitabilidade de seus documentos dentro de seus respectivos prazos de validade.

Se observarmos o exigido em seu item 5.3, e sub-itens, não há menção em momento algum da exigência da certidão previdenciária, portanto não há como culpar, e inabilitar o licitante por algo que não foi exigido.

II – DO DIREITO

Venia, a decisão deferida pelo Sr.Pregoeiro, trata-se de um **erro substancial cometido pela Administração Pública do qual o licitante recorrente não deve, e não pode arcar com o ônus deste desentendimento, sob o risco da nulidade do ato.**

A falha substancial torna incompleto o conteúdo do documento e, conseqüentemente, impede que a Administração conclua pela suficiência dos elementos exigidos; o julgador ficará impedido de afirmar que o documento atendeu ao edital ou apresentou as informações necessárias.

Não se trata de um simples lapso material ou formal, mas de **“erro substancial”**, ou seja, aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (Código Civil, art. 139, I). A falta de informação indispensável ao documento configura erro grave – substancial – que torna o mesmo insuscetível de aproveitamento; trata-se de um documento defeituoso; incompleto; não produzindo os efeitos jurídicos desejados.

O erro substancial provoca o efeito mais indesejado ao licitante: a inabilitação ou desclassificação.

Excessos praticados nos processos de licitação, principalmente, relacionados às **interpretações rigorosas que fogem aos Princípios Licitatórios**, notadamente, admitir condições que comprometam o seu caráter competitivo e, ainda, um **apego gramatical aos dispositivos informadores do edital de licitação**, é um dos problemas correntes da prática licitatória.

Nesse enfoque, insta levantar as ponderações da doutrina de Marçal Justen Filho:

"Não é incomum constar em edital que o descumprimento de qualquer exigência **formal acarretará a nulidade da proposta**. A aplicação desta regra tende ser temperada pelo Princípio da Razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produza-se a eliminação da proposta vantajosa para os cofres públicos. Quando o defeito é irrelevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação". (Comentário a Lei de Licitação e Contratos Administrativos, pg. 447)

No mesmo passo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirma o entendimento do renomado jurista:

"O precedente tem grande utilidade por balizar a atividade de julgamento das propostas pelo Princípio da Proporcionalidade. Não basta comprovar a existência do feito. É imperioso verificar se a gravidade do vício é suficientemente séria, especificamente em face da dimensão do interesse público. Admite-se, afinal, a aplicação do princípio de que o rigor extremo na interpretação da Lei e do edital pode conduzir à extrema injustiça ou ao comprometimento da satisfação do interesse público". (MS n.º5.418/DF).

É conclusivo, portanto, afirmar que a licitação é um procedimento documental (parágrafo único, art. 4º, da lei 8.666/93), no qual se observa o formalidade necessária e suficiente para garantir segurança jurídica tanto para o licitante quanto para a Administração Pública. Noutro extremo, o excesso de formalismo afasta concorrentes que são potenciais vencedores do certame. Reduzido o número de competidores, diminuída está possibilidade de se alcançar a melhor contratação para a Administração Pública (art. 3º, lei 8666/93), logo, a interpretação adequada é aquela que objetiva a ampliação da participação.

Enfim, formalismo não se confunde com formalidade, elemento que confere transparência e segurança jurídica ao procedimento de compra governamental. A licitação destina-se a garantir **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e não apenas selecionar a licitante que melhor cumpre o edital em seus formalismos.**

Na senda dos ensinamentos do mestre Hely Lopes Meirelles , podemos aprender;

" Procedimento informal, entretanto não se confunde com formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que a irrelevância, **não cause prejuízo à Administração Pública e aos licitantes.** Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 20ª Ed., p.248,o:

O mestre ainda acrescenta:

" O princípio do procedimento formal não significa que a administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou **inabilitar clientes diante simples omissões ou irregularidades da documentação ou na proposta,** desde que tais omissões e irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos Administração Hely Lopes Meirelles, in op. Licitação e Contrato Administrativo, Ed 1987, Pág. 10 (grifei)

" O administrador público deve ter sempre presente que o formalismo inútil e as

exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam à Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo'

E também,

Podemos aplicar o Princípio da Razoabilidade no excesso de zelo e formalismo Licitatório tendo em vista que o mesmo encontra-se na vereda da Lei 9.784/99, que trata de processo administrativo, que sendo posterior a Lei das Licitações, inova trazendo ao contexto o disposto, no seu artigo 2º.

“ O princípio prestigia a instrumentalidade das normas jurídicas em relação aos fins que se orientam” e “ exclui interpretações que tornem inútil a(s) finalidade(s) buscada(s) pela norma “.

(JUSTEN FILHO, Marçal, comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos, 9º Ed. São Paulo:Dialética, 2002 pg. 66-67.

As temáticas do excesso de zelo e formalismo, da irrelevância das falhas e da aplicação da razoabilidade em licitações públicas, foram objetos de decisão unânime no âmbito do Supremo Tribunal Federal;

‘ Não deve ser afastado, candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais”

(MS 5631/DF, Rel. Ministro José Delgado, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13.05.1998, DJ 17.08.1998p7

“ A interpretação dos termos do edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta”. (MS 5.869/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11.09.2002, DJ 07.10.2002 pag.163).

“ O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes” Mandado de segurança 5.418/DF, publicado no Diário de Justiça a, Seção I, de 14.06.98 p.24 Egrégio Superior Tribunal de Justiça – ST.

Ademais,o Sr. Pregoeiro, na dúvida quanto ao documento apresentado, poderia promover diligência com o objetivo de esclarecer ou complementar a instrução do processo, de acordo com o Art.43 § 3º da Lei Federal 8.666/93

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, a licitante recorrente, através de seu procurador legalmente constituído, requer desta mui digna comissão de licitação o provimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, para que a Administração Publica reveja seus atos e habilite a empresa licitante recorrente, e/ou alternativamente pelo nulidade do ato para que o erro formal seja sanado.

Outrossim, sendo adverso o entendimento, seja o recurso remetido à autoridade Superior para análise e decisão final, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Navegantes, 18 de março de 2015.



MAURICIO DE LIMA

PROPRIETÁRIO

ANEXOS

CERTIDÕES CONJUNTA RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MAURICIO DE LIMA PAVIMENTACAO LTDA - ME
CNPJ: 10.558.874/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 09:42:52 do dia 22/09/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/03/2015.
Código de controle da certidão: **B2DF.1A0B.E434.FA09**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Modelo aprovado pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 19/05/2006.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MAURICIO DE LIMA PAVIMENTACAO LTDA - ME
CNPJ: 10.558.874/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e **abrange** inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 16:30:01 do dia 16/03/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/09/2015.

Código de controle da certidão: **25FE.5F17.A35F.6885**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.